

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO  
DO CAMPO

JULIANA FERREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: um olhar sobre as práticas educativas  
na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado**

JOÃO PESSOA  
2017

JULIANA FERREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: um olhar sobre as práticas educativas  
na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
apresentado ao Curso de Pedagogia, com  
área de aprofundamento em Educação do  
Campo, junto ao Departamento de Educação  
do Campo (DEC), do Centro de Educação da  
UFPB, como requisito parcial para a obtenção  
do título de pedagogo/a.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de  
Souza Ferreira

JOÃO PESSOA

2017

S586e Silva, Juliana Ferreira da.

Educação quilombola: um olhar sobre as práticas educativas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado / Juliana Ferreira da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2017.  
70f. : il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia - Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação do campo. 2. Educação quilombola. 3. Práticas educativas. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376.7(043.2)

JULIANA FERREIRA DA SILVA


**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: um olhar sobre as práticas educativas  
na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado**

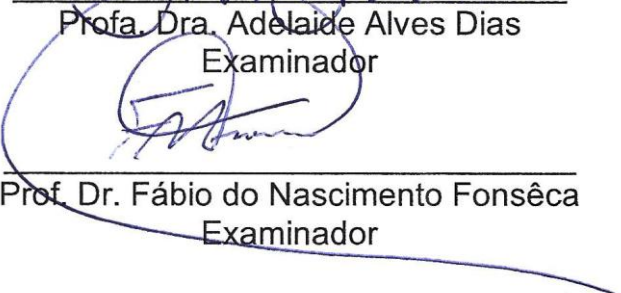
Aprovado

Em 20 /11 /2017

**BANCA EXAMINADORA**

  
Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira  
Orientadora

  
Profa. Dra. Adelaide Alves Dias  
Examinador

  
Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca  
Examinador

DEDICO à minha família e aos meus amigos, por serem meu alicerce e me ajudarem a trilhar meus caminhos. E a todos as mulheres, homens, crianças, jovens e idosos das comunidades quilombolas que existem porque resistem e nos ensinam a importância de valorizar a cultura, a história, a identidade e a luta do seu povo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado coragem, força e me socorrido espiritualmente diversas vezes, nessa jornada acadêmica, dando-me serenidade para enfrentar as dificuldades.

Agradeço a minha família, a minha mãe, Maria do Carmo e a meu pai Fernando José que são meus exemplos de seres humanos, que venceram batalhando honestamente as dificuldades que tiveram em suas vidas e que mesmo com as limitações escolares, me encorajaram e me ensinaram o quanto os estudos são importantes e apaixonantes. Agradeço a minha irmã, Janine Ferreira e ao meu irmão, Fernandes Sales, por existirem e por me incentivarem inconscientemente a ser uma irmã melhor e a batalhar pelos meus ideais. E todos os outros familiares que de uma forma ou outra me estimularam a continuar.

Agradeço a minha família de coração, a Emanuely Correia por ter sido meu chão e minha fortaleza, quando ninguém mais acreditou em mim, inclusive eu, ela sempre me fazia lembrar, a força e a capacidade que eu tenho. E aos meus demais amigos e amigas, Adrianna Gondim, Alexandre Rufino, Adriano Rufino, Jessica Letícia, Luiz Carlos, pelo apoio e por se fazerem presentes em diversos momentos dessa minha construção. Às minhas amigas da banda *Margaridas em fúria*, pelo convívio nos momentos sonoros da vida e por me mostrarem a garra e a força das mulheres.

Agradeço, a todos os docentes que contribuíram de forma positiva para a minha formação acadêmica, em especial, à professora Ana Paula Romão por me acolher de braços abertos, acreditar nas minhas inquietações e me conduzir pelo caminho da pesquisa na realização desta investigação. À banca examinadora, que prontamente e com ânimo aceitaram fazer parte desse momento tão importante em minha vida. E aos meus colegas de curso que foram verdadeiros companheiros nos momentos intensos de aprendizagem e de diversão nessa jornada.

Finalmente, agradeço a todos os funcionários da Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, que participaram direta ou indiretamente desta pesquisa e que sempre me receberam com entusiasmo, afeto e atenção e por toda a disposição ao contribuir para que esse sonho se tornasse realidade.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEFAs	Centros Familiares de Formação por Alternância
CFRs	Casas Familiares Rurais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra ,
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EFAs	Escolas Famílias Agrícolas
ENERA	Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
MST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UnB	Universidade de Brasília



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	- ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO, JOÃO PESSOA.....	39
<b>FIGURA 2</b>	- RETRATO DE DONA ANTÔNIA DO SOCORRO .....	39
<b>FIGURA 3</b>	- ENSAIO DO CORAL NO PATIO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....	50

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b>	- COMUNIDADES DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DISTRIBUÍDAS NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS .....	28
<b>MAPA 2</b>	- LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DE PARATIBE .....	36
<b>MAPA 3</b>	- USO DO SOLO REIVINDICADO PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PARATIBE – 2011.....	37

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	- PERFIL DO GESTOR .....	41
<b>QUADRO 2</b>	- ENTENDIMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	42
<b>QUADRO 3</b>	- JUSTIFICATIVA DOS GESTORES QUANTO A INSTITUIÇÃO ESCOLAR SER CONSIDERADA ESCOLA QUILOMBOLA .....	43
<b>QUADRO 4</b>	- ASPECTOS SOBRE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO PPP DA ESCOLA.....	44
<b>QUADRO 5</b>	- VISÃO DOS GESTORES SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA..	45
<b>QUADRO 6</b>	- PERFIL DAS DOCENTES .....	46
<b>QUADRO 7</b>	- JUSTIFICATIVA DAS DOCENTES QUANTO SUA PRÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM DIRECIONADA A EDUCAÇÃO ETNICORACIAL .....	47
<b>QUADRO 8</b>	- VISÃO DAS DOCENTES SOBRE OS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO PPP DA ESCOLA .....	48
<b>QUADRO 9</b>	- JUSTIFICATIVA DAS DOCENTES SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA..	49

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	- COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR REGIÃO.....	26
<b>TABELA 2</b>	- COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE.....	27

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas educativas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, localizada no bairro de Paratibe. Para tanto, duas questões nortearam a pesquisa: Quais as práticas educativas adotadas na Escola sobre a educação quilombola? E como estas se configuram à luz dos documentos legais e do Projeto Político Pedagógico da escola? Tendo como objetivo geral Investigar as práticas educativas adotadas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado sobre a educação quilombola. E como os objetivos específicos: Identificar as práticas educativas utilizadas pelos docentes sobre a educação quilombola; e verificar se as práticas educativas estão contemplando a educação quilombola no Projeto Político Pedagógico da escola. A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, documental e de campo. Realizada por meio de observações em sala de aula, análise de dados do Projeto Político Pedagógico e aplicação de questionários com duas professoras e com dois representantes da gestão. Para tanto, observamos e relatamos que a referida instituição escolar em seu Projeto Político Pedagógico e em suas práticas educativas implementam as questões socio-históricas e culturais da Educação Quilombola, apresentando, assim uma educação que considera a história e realidade da comunidade escolar, e caminha para uma efetivação destas políticas educacionais no chão da escola.

**Palavras-chave:** Educação do/no Campo. Educação Quilombola. Práticas educativas.

## **ABSTRACT**

The present study had as objective to analyze the educational practices in the Municipal School Professor Antônia do Socorro Silva Machado, located in the neighborhood of Paratibe. For that, two questions guided the research: which educational practices are adopted in the school about the quilombola education? And how are these configured in the light of legal documents and the school's political educational project? Having as general objective to investigate the educational practices adopted in the Municipal School Professor Antônia do Socorro Silva Machado on the quilombola education. And as specific objectives: To identify the educational practices used by teachers about the quilombola education; to verify if the educational practices are contemplating the quilombola education in the school's political pedagogical project. The methodology of the research was qualitative, of the bibliographic, documentary and field type. Made through observations in the classroom, data analysis of the Political Pedagogical Project and application of questionnaires with two teachers and two management representatives. For that, we observe and report that the aforementioned school institution in its pedagogical political project and its educational practices implement the socio-historical and cultural issues of the quilombola education, thus presenting an education that considers the history and reality of the school community, and walk for the implementation of these educational policies on the school's ground.

**Keywords:** Education in the Field. Quilombola Education. Educational practices.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO .....</b>	<b>17</b>
2.1 Os movimentos sociais e as Políticas educacionais da Educação do Campo ....	19
<b>3 CONCEPÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS SOBRE OS QUILOMBOS E POVOS QUILOMBOLAS .....</b>	<b>24</b>
3.1 Diretrizes curriculares para a Educação Quilombola.....	29
3.1.1 Currículo da Educação Escolar Quilombola .....	31
3.1.2 Práticas educativas na Educação Quilombola .....	33
<b>4 APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE, DA ESCOLA E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>35</b>
4.1 Caracterização da comunidade de Paratibe.....	35
4.2 Caracterização da Escola Municipal professora Antônia do Socorro Silva Machado.....	38
4.3 Olhares educativos sobre a Educação Quilombola: a visão de gestores e docentes.....	41
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE</b>	
<b>ANEXO</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Assegurada pela Constituição Federal (1988), a educação é um direito de todos e um dever do Estado, sendo uma prática social, política e de desenvolvimento humana presente em diferentes espaços, principalmente o escolar. Sendo assim, entende-se que a formação escolar é o primeiro exercício de cidadania e que por meio dela os sujeitos têm acesso aos direitos sociais, econômicas, civis e políticos.

Entretanto, para que tenhamos essa ideia de educação nos dias atuais, precisamos entender a trajetória histórica das políticas educacionais que foram implementadas para garantir uma educação brasileira com qualidade e universal, dando ênfase à educação para os quilombolas, que historicamente é um povo que sofre com as desigualdades sociais e raciais, e com a falta de políticas públicas que garantam as necessidades básicas para se viver de forma digna.

Por isso, a inquietação sobre essa investigação discorre sobre o despertar para a Educação Quilombola. Por meio de minhas experiências nos estágios supervisionados, no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo tivemos o primeiro contato com a escola campo da pesquisa, a Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, localizada no bairro de Paratibe, onde se encontra uma das três comunidades quilombolas urbanas do estado da Paraíba, a comunidade do quilombo de Paratibe.

Sabendo que as políticas educacionais para os quilombolas ainda é recente no cenário brasileiro, e as observações sistemáticas sobre as práticas pedagógicas realizadas na referida instituição escolar que recebe crianças, jovens e adultos remanescentes quilombolas, me fizeram ter interesse de conhecer mais sobre essas práticas relacionadas à educação quilombola, surgindo os seguintes questionamentos: Quais às práticas educativas adotadas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado sobre a Educação Quilombola? E como estas se configuram à luz dos documentos legais e do Projeto Político Pedagógico da escola?

Para tanto, o nosso objetivo geral foi: Investigar às práticas educativas adotadas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado sobre a Educação Quilombola. E como os objetivos específicos: Identificar as práticas educativas utilizadas pelos docentes sobre a educação quilombola; e verificar se as



práticas educativas estão contemplando a Educação Quilombola no Projeto Político Pedagógico da escola.

Nesse sentido, é importante salientar o nosso percurso metodológico, e para isso precisamos entender que a metodologia segundo Fachin (*apud* BRUCHEZ, 2006):

É um processo intelectual para adquirir conhecimentos através da investigação de uma realidade e a busca de novas verdades sobre um determinado fato. Assim, o objetivo primordial de uma pesquisa é descobrir respostas para os problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos

Portanto, essa pesquisa é um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa que consta com observações em sala de aula, coleta de dados do Projeto Político Pedagógico e aplicação de questionários com duas professoras e com dois membros da gestão escolar. E como afirma Yin (2005) é uma investigação empírica que abrange: o planejamento da pesquisa, a coleta e a análise de dados.

E para uma melhor compreensão do que caracteriza um estudo de caso qualitativo, André (2013, p. 97) explica que “não é um método específico, mas um tipo de conhecimento (...). O conhecimento gerado pelo estudo de caso é diferente do de outros tipos de pesquisa porque é mais concreto, mais contextualizado (...).”. Sendo assim, entendemos que o estudo de caso é a abordagem metodológica mais indicada para essa pesquisa considerando o objeto a ser estudo e as suas múltiplas dimensões.

Do ponto de vista teórico, esse texto conta com os seguintes autores: Freitas (2011), Silva (2011), Molina e Jesus (2004), Moraes e Batista (2016), Daltro (2007), Rezende-Silva (2011), Martins (2006), Munanga e Gomes (2006), Fernandes (2005), Gadelha (2014), Jesus (2008), Souza (2015), Fortes (2015), Da Silva e Rodrigues (2016), Araujo e Matos (2016), Dias (2013), Bruchez (2015), Yin (2001) Andre (2013). Também conta com documentos oficiais, como leis, decretos e resoluções educacionais. Sendo assim, os diálogos entre esses autores e as legislações nacionais, e as informações obtidas na pesquisa, estão subdivididas nos seguintes capítulos.

No presente capítulo 1, apresentamos o tema da referida pesquisa, o objeto, a problematização, os objetivos e a metodologia.

No capítulo 2, apresentamos um recorte sócio-histórico do surgimento da Educação do Campo e a trajetória pela qual essa educação passou a partir dos Movimentos Sociais e dos aspectos da legislação Nacional para a oferta desta educação considerando as particularidades dos sujeitos do campo.

No capítulo 3, realizamos um breve histórico sobre o período colonial no Brasil, considerando a inserção dos negros na sociedade por meio do surgimento dos quilombos e, posteriormente, das comunidades de remanescentes quilombolas, trazendo dados atuais de órgãos públicos destas comunidades. E a luz dos documentos oficiais para a oferta da Educação Quilombola.

No capítulo 4, apresentamos a comunidade de Paratibe, considerando aspectos sociais e históricos do início de seu povoamento e perpassando por momentos atuais de reconhecimento do seu território. Ainda, apresentaremos uma breve caracterização da Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, em seus aspectos históricos e metodológicos. E, por fim, descreveremos os dados coletados da pesquisa.

## 2 EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

No século XX, na década de 30, inicia-se a trajetória da Educação Rural no Brasil e em paralelo tem-se um crescimento nas indústrias no país que gera uma intensidade de movimento operário e camponês. Do ponto de vista da educação existiu uma preocupação com os investimentos educacionais voltados a profissionalização dos jovens, formando assim um maior número de trabalhadores para o mercado, mantendo desta forma o forte controle político e social, acionando a produção e o desenvolvimento capitalista, impedindo as mudanças estruturais da sociedade, principalmente educacionais. (FREITAS, 2011)

Ainda na visão de Freitas (2011), a educação rural foi de negação de direitos aos camponeses, vistos como povos atrasados, pelas ações e políticas dos governantes da elite brasileira, proferindo discursos nos quais a educação perpetuava uma desigualdade social que estigmatizava o campo e o estilo de vida do camponês, estimulando o abandono do campo que predominou ao longo da história da educação. Mas a partir da década de 50 o surgimento de grupos que desejavam a transformação da estrutura da sociedade, que visavam à educação como um instrumento que proporciona conscientização política e social, aguçaram as organizações e entidades dos agricultores, movimentos sociais do campo a iniciaram um conjunto de ações por uma educação que combateria a concentração da terra, do poder e do saber.

Essas articulações, a partir dos anos 80, desenvolveram propostas educativas que valorizam o sujeito camponês e que reconhece o campo como espaço de construção de saber, desencadeando-se uma mudança de nomenclatura e na forma de pensar a educação rural, a qual passa a ser educação do campo. Como explica Fernandes, Molina (*apud* Silva, 2011, p.12)

Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é o resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos seus protagonistas. Por essas razões é que rearmamos a Educação do Campo como um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como o espaço de vida.

Dentro dessa abordagem cabe aqui, sobretudo, explicar o conceito de “Educação do Campo”, como uma proposta de educação que soma às práticas de diferentes grupos, movimentos sociais, organizações de camponeses, estudantes e principalmente professores, agentes transformadores da educação que lutam por uma educação digna, seja ela do campo ou da cidade, que resultam em definições políticas e programas que conjecturam nas universidades a realização de cursos voltados para os sujeitos do campo. E partindo desse princípio, pensando em uma educação não só *do* campo, mas também *no* campo embasado a cerca das especificidades do campo, considerando as peculiaridades das diversas culturas camponesas e a importância do ensino com a identidade camponesa surge às escolas do campo.

E para uma melhor compreensão em relação ao conceito de “Escola do Campo”, o art. 2.º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo explica que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p.1)

Por tanto, a escola não precisa estar situada necessariamente no campo para ser do campo. Assim, a escola do campo tem haver com as particularidades do sujeito, e vai além do espaço geográfico.

Um dos principais elementos que consolidam a educação do/no campo é justamente o envolvimento com a comunidade, é a relação sujeito- campo. Assim, é importante entender quem são esses sujeitos. Como exposto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. inciso I do § 1º entende-se por população do campo:

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL, 2010, p.1)

A diversidade das populações do campo é um fator predominante para a criação de uma escola do campo, sendo assim, a educação do campo deve ser vinculada a um projeto que considere a diversidade sociocultural e política, e que sejam contemplados nas ações educacionais que regem as escolas, como explícito nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no artigo 5º que:

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL, 2002, p 1)

Levando em consideração o que se compreende sobre a educação do/no campo, as especificidades da criação de uma escola do campo de qualidade e os sujeitos do campo, se faz necessário reverter às carências educacionais que as escolas da zona rural ainda se encontram. Sabendo que é uma luta diária que o movimento da Educação do Campo perpassa, e que é através da luta que os avanços estão surgindo, principalmente no que se refere às políticas educacionais que consolidam a educação no país, modificando e estruturalizando os conteúdos e práticas pedagógicas, que sobretudo, legitimam a própria organização do trabalho pedagógico da escola do campo, a compreensão de campo, e as relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos.

## 2.1 Os movimentos sociais e as Políticas educacionais da Educação do Campo

Uma particularidade fundamental do movimento da educação do campo é a luta por políticas públicas que garantam à educação e como explica Molina e Jesus (2004, p. 17 apud CALDART, 2002) “uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.” Assim, se faz necessário conhecermos os movimentos sociais e as trajetórias percorridas, bem como os avanços conquistados por eles no meio educacional.

Os movimentos sociais organizaram-se, pela luta por uma democracia e pela reforma agrária, nesse contexto se destaca o movimento das Ligas Camponesas<sup>1</sup>. No campo educacional, destacam-se as iniciativas de educação popular através da educação política, da alfabetização de jovens e adultos, da formação de lideranças sindicais, comunitárias e populares.

Conforme Moraes e Batista (2016) por parte de determinadas esferas de algumas igrejas que se comprometeram, com os movimentos sociais, com as lutas e organizações dos trabalhadores tanto no meio urbano, quanto rural surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização da Igreja Católica, mas com participação de outras igrejas, em defesa dos posseiros, na luta pela reforma agrária e pela permanência na terra. Foram neste período que surgiram as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs), trabalhando com a Pedagogia da Alternância, que é uma proposta pedagógica, “operacionalizada a partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar” (BRASIL, 2007, p.12).

Nos anos 80, houve avarias e resultados, ressaltando a organização e fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Movimento do Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984. (MORAES e BATISTA, 2016). No campo educacional os debates e as iniciativas sobre a educação para a cidadania e a escola cidadã contribuíram definitivamente para que se inscrevessem algumas conquistas dos trabalhadores na nova Constituição promulgada em 1988, que mesmo, não abordando diretamente a educação do e no campo, proclama em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”, e que o ensino terá como base, explicito no artigo 206, parágrafo I a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

---

<sup>1</sup> As Ligas Camponesas foram movimentos de camponeses de expressão política de conflitos que se expandiram na Zona da Mata Nordeste, em especial nas áreas próximas ao Agreste, que ganharam destaque nacional pelas sucessivas mobilizações, criando um fato político novo: os trabalhadores do campo nas ruas realizando marchas, comícios, congressos, e que não contavam com apoio de nenhum segmento da sociedade (MEDEIROS *apud* MORAES e BATISTA, 2016, p.4)

(BRASIL, 1988) Embora, saibamos que historicamente não houve a igualdade de acesso à escola, principalmente quando pensamos nas escolas do campo.

Nos anos 90 as compreensões e práticas neoliberais tentaram apontar a ideia de que a educação poderia salvar o Brasil, ocultando a origem dos amplos problemas da sociedade que exigia mudanças estruturais. Resultando em uma crise dos movimentos sociais existentes e o surgimento de novos. (DALTRO, 2007). Com relação à educação do campo, estava sendo implantados documentos fundamentais que fazem citações específicas quanto à oferta de educação básica para a população rural, dentre eles: a nova LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, em seu artigo 28, diz que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Desta forma, fica explícito que os avanços na legislação foi o resultado da articulação dos movimentos sociais e do acúmulo das múltiplas experiências educativas, reivindicações do movimento sindical, entre outras.

De acordo com Moraes e Batista (2016) no final dos anos 90, houve a criação de múltiplos ambientes públicos de debate sobre a educação do campo, como por exemplo: o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA, em 1997, organizado pelo MST e com o apoio da Universidade de Brasília- UnB, entre outras entidades e por decorrência deste encontro surgiu a ideia de uma Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

Em 1998, foi criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo “que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional.” (BRASIL, 2007, p. 12). Dentre os avanços temos: a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; por meio da Portaria nº. 10/98. Foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; a instituição pelo CNE – Conselho Nacional de Educação; as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002; a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003 e a criação da Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD no âmbito do Ministério da Educação, em 2004 (BRASIL, 2007).

No SECAD foi criada uma Coordenação Geral da Educação do Campo, que constituiu a inclusão na estrutura federal de um empenho responsável, específico, para o acolhimento das demandas do campo, a partir da consideração de suas necessidades e singularidades (BRASIL, 2007). Por meio de programas, projetos e ações de atendimento escolar, como: O Programa de Apoio à Formação Superior: Licenciatura em Educação do Campo – Procampo, que como disposto no Portal do Ministério de Educação (MEC), é um:

Programa que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. (BRASIL, 2016)

Ainda dentre os programas, podemos destacar o Programa Escola Ativa que “busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas nas escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.” (BRASIL, 2016) E o ProJovem Campo – Saberes da Terra que :

oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo. (BRASIL, 2016)

Assim, percebemos que o MEC sugere a construção de uma política educacional que considera a educação do campo, que valoriza e respeita a diversidade étnico-cultural, que promove a cidadania e que busca refletir e superar a divisão estabelecida sócio-historicamente: campo-cidade, por meio de diálogos com diferentes lideranças gestoras do Estado e com os movimentos sociais do campo.

Entretanto, mesmo com os avanços nas políticas educacionais voltadas para a educação do campo, e considerando a efetivação da ‘legislação branda’, nos preocupa o retrocesso que está acometendo as leis educacionais no país.



Assim, percebemos que a luta por uma educação do e no campo tem que ir além do que está exposto nos documentos legais, devendo se estabelecer necessariamente pelos sujeitos que nela estão envolvidos através de suas práticas educativas cotidianas, suas experiências e reais necessidades.

No próximo capítulo, serão aprofundadas as questões ligadas aos povos quilombolas, povos esses, que são considerados populações do campo e se enquadram nas especificidades do ensino.

### **3 CONCEPÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS SOBRE OS QUILOMBOS E POVOS QUILOMBOLAS.**

Em meados do século XVI, Pedro Alvarez Cabral toma posse do território brasileiro em nome de Portugal, promove a emigração de portugueses<sup>2</sup> e inicia a colonização do Brasil. O período colonial não foi pacífico e ocasionou a exploração do território e o uso de mão de obra indígena e africana, que fomentou na situação crítica da escravidão negra (REZENDE-SILVA, 2011).

Os escravos tornaram-se a mão de obra fundamental nas plantações de cana-de-açúcar, tabaco e algodão, nos engenhos, nas vilas, nas minas e nas fazendas de gado, já que a escravidão<sup>3</sup> era entendida como um sistema de trabalho no qual o sujeito era propriedade de outro, sem direitos civis, podendo ser vendido, castigado e punido.

O sistema escravista prosseguiu até o início do século XIX, mas foi perdendo força com a pressão que os ingleses começaram a fazer para que o Brasil abolisse a escravidão e também quando começaram a surgir movimentos populares em diversas regiões do país exigindo o fim da escravidão, além das pressões externas e internas, os escravos começaram a fugir, se revoltar e lutar contra esse sistema escravista, dando origem ao desenvolvimento dos quilombos em todo território nacional (REZENDE-SILVA, 2011).

Ainda na visão de Rezende-Silva (2011) foi por meio deste contexto que os governantes brasileiros aos poucos foram criando e aprovando leis abolicionistas, que buscavam amenizar as sequelas da escravidão. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proibia a chegada de embarcações negreiras no país, essa medida foi a primeira lei abolicionista, com a diminuição da oferta de escravos forçou os latifundiários a buscarem mão de obra assalariada, porém não obteve tanto êxito, o preço de um escravo se tornou mais elevado e ainda assim, ocorriam o tráfico

---

<sup>2</sup> Os portugueses não tinham interesse de viver no Brasil, as novas terras foram usadas para transferir as pessoas problemáticas e indesejáveis de Portugal.

<sup>3</sup> A escravidão negra foi implantada durante o século XVII e se intensificou entre os anos de 1700 e 1822, sobretudo pelo grande crescimento do tráfico negreiro. O comércio de escravos entre a África e o Brasil tornou-se um negócio muito lucrativo. O apogeu do afluxo de escravos negros pode ser situado entre 1701 e 1810, quando 1.891.400 africanos foram desembarcados nos portos coloniais.

interno de escravos. No ano de 1871, a Lei do Ventre Livre, estabelecia que todos os filhos de escravos que nascessem após o ano de publicação da lei seriam considerados libertos. Em seguida a Lei dos Sexagenários, em 1885, estipulou que os escravos maiores de sessenta anos fossem libertados. E em 1888, assim que assumiu o trono a princesa Isabel, aprovou a Lei Áurea, em que dava fim à escravidão, concedendo a liberdade aos escravos.

Apesar que, a lei não foi bem planejada, uma vez que não garantiu a integração dos negros a sociedade brasileira, fazendo com que os ex-escravos se tornassem reféns da falta de trabalho e de moradia insalubres, como os cortiços que eram habitações coletivas na época, tanto no período da escravidão quanto no período abolicionista. Os cortiços “eram um importante cenário de luta dos escravos” (CHALHOUB *apud* MARTINS, 2006, p.6). Ainda, de acordo com Chaloub citado por Martins (2006, p. 70):

Era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e , é claro, misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga.

Nessa perspectiva, a visão de Martins ancorada em Chalhoub (1996) após a abolição da escravidão, os negros que fugiram para os quilombos que se localizavam no meio rural migraram para os cortiços juntando-se aos negros libertos.

Neste contexto, é importante entender o conceito de quilombo ou como conhecido na África Central, *kilombo*, palavra de origem da língua banto *umbundo* , que remete a um tipo de entidade sociopolítica militar (MUNANGA & GOMES, 2006)

No Brasil, os quilombos são retratados como lugares de refugiados negros ou escravos fugidos, porém o seu significado vai além desse conceito, os quilombos foram formados “pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implementação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os tipos de oprimidos.” (MUNANGA & GOMES, 2006 p. 71)

Assim, podemos afirmar que os quilombos foram experiências coletivas de, “homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema” (MUNANGA & GOMES, 2006 p. 72), que criaram estratégias de resistência à escravidão, vínculos fraternos, de solidariedade, de convivência e que lutaram por uma sociedade livre, e que até nos dias atuais, vêm se transformando e fortalecendo a cultura negra.

No país, há mais de 3.000 mil comunidades quilombolas, de acordo com o dado da Fundação Cultural Palmares, o número geral de comunidades por região está distribuído da seguinte forma:

TABELA 1: COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR REGIÃO

Nº	UF	CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Comunidades)
1	NORTE	291	355
2	NORDESTE	1.556	1.887
3	CENTRO-OESTE	137	146
4	SUDESTE	376	453
5	SUL	173	177
<b>TOTAL</b>		2.533	3.018
<b>*CRQ : Comunidades Remanescentes de Quilombolas</b>			

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Ano: 2017

Podemos, dizer que a região Nordeste, possui a maior quantidade de quilombos distribuídos em comunidades, detentoras de um rico e valioso patrimônio cultural, caracterizados pelos seus costumes e suas tradições a exemplo da dança maculelê, a capoeira, a musicalidade dos ritmos africanos com o toque do berimbau e instrumentos de percussão, suas festividades e culinárias e a diferente beleza das manifestações religiosas.

É importante destacar, dentre os quilombos, o quilombo de Palmares, localizado nas terras do estado de Alagoas, no alto de uma serra chamada Serra da Barriga. Teve início com quarenta escravos fugidos de engenhos, no ano de 1595, mas o número de pessoas foi crescendo, e o quilombo de Palmares, se tornou uma comunidade de mais de 30 mil quilombolas, ocupando um espaço equivalente a um terço de Portugal, pois era constituído por diversos quilombos que formavam uma cidadela segura. Era chamado por seus moradores de Angola Janga, que na língua *quimbundo*, quer dizer, “Angola Pequena”. (MUNANGA & GOMES, 2006)

Segundo Munaga e Gomes (2006), os palmarinos formaram uma sociedade organizada, que trabalhava coletivamente, e que realçava a igualdade e a liberdade de todos, e se tornaram uma ameaça ao governo colonial. O quilombo perdurou por um século, enfrentando com coragem e luta o sistema escravista. Governado por Ganga Zumba, o quilombo cresceu e resistiu a diversos ataques. Mas, em 1678 com assinatura de um tratado de paz, que contrariava o que os palmarinos acreditavam e por aquilo que lutavam, Ganga Zumba foi perdendo seu valor dentre os palmarinos. Em 1680, Zumbi assume a liderança do governo de Palmares, e resiste bravamente a inúmeras expedições oficiais do governo, mas em 1694, uma expedição liderada

por Domingos Jorge Velho, ataca violentamente o quilombo. E Zumbi, foge mesmo ferido acompanhado de dois mil quilombolas. Mas em 20 de novembro de 1695, após traição de um dos seus companheiros, é capturado e morto, seu corpo é mutilado e a cabeça é enviada para ser exposta em praça pública, em Recife.

Assim, podemos dizer que Zumbi é um importante representante do movimento de resistência negra, que lutou contra a escravidão e pela liberdade de seu povo. Por esse reconhecimento, a data de sua morte, é lembrada e comemorada há anos pelo movimento negro, antes mesmo de ser oficializada pela Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, em seu Art. 1º que institui “o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro” (BRASIL, 2011). Em alguns municípios brasileiros essa data, é considerada feriado e tem como objetivo fazer com que as pessoas reflitam sobre a inserção do negro na sociedade e a influência dos vínculos culturais africanos na construção da cultura afro-brasileira que temos presente em nosso país.

Percebemos, assim que é de suma importância à sociedade ter conhecimento sobre a trajetória sócio-histórica e cultural, que faz parte de toda a formação que caracteriza a sociedade brasileira em suas múltiplas dimensões étnica, considerando que somos “uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural”. (FERNANDES, 2005, p. 379)

Ainda referente às comunidades quilombolas que se encontram no território da região Nordeste, e que contribuem notoriamente para o resgate da história e cultura dos negros. Podemos observar a distribuição por estados, de acordo com dados da FCP.

**TABELA 2: COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE**

<b>Estados da região nordeste</b>	<b>CRQs (Certidões)</b>	<b>Nº CRQs (Comunidades)</b>
<b>Alagoas</b>	67	68
<b>Bahia</b>	619	743
<b>Ceará</b>	48	49
<b>Maranhão</b>	508	690
<b>Paraíba</b>	36	38
<b>Pernambuco</b>	141	153
<b>Piauí</b>	83	88
<b>Rio Grande</b>	23	23
<b>Sergipe</b>	31	35
<b>*CRQ : Comunidades Remanescentes de Quilombolas</b>		

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Ano: 2017

Neste contexto, ressaltaremos as comunidades quilombolas do estado da Paraíba que de acordo com a Fundação Cultural Palmares existem 38 comunidades de remanescentes quilombolas certificadas, e 7 aguardando análise técnicas de documentos. Podemos observar no mapa 1, minuciosamente, as comunidades de remanescentes quilombolas distribuídas nos municípios paraibanos.

**MAPA 1: COMUNIDADES DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DISTRIBUÍDAS NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS.**



Fonte: Blog Quilombos da Paraíba. Ano: 2016

Essas comunidades de remanescentes lutam pelos seus direitos, priorizando a organização de projetos que visam ações de formação para os afro-descendentes perceberem-se como sujeitos históricos, sociais e capazes de modificar a realidade de opressão em que vivem.

Percebemos, assim o quão a trajetória sócio-histórica e cultural são primordiais para o exercício pleno da cidadania para os remanescentes quilombolas, e também como contribui para que a sociedade e a escola se conscientizem, garantido uma educação de qualidade que possa alcançar a realização de um trabalho sobre a diversidade e a cultura do povo brasileiro.

Com isso, todos os esforços por parte dos movimentos de cultura negra e o engajamento dos educadores pertencentes a essa luta tornará possível o

reconhecimento dessas comunidades tão numerosas dentro do nosso território nacional, e a realização das práticas curriculares para a valorização e resgate da identidade desses povos.

### 3.1 Diretrizes curriculares para a Educação Escolar Quilombola

A educação brasileira tem sido assinalada pelas pesquisas oficiais, acadêmicas e dos movimentos, como um ambiente no qual continuam as históricas desigualdades sociais e raciais, exigindo do Estado políticas públicas de superação das desigualdades educacionais. Com o objetivo de “[...] criar iguais oportunidades de sucesso escolar para todos os alunos, independente de seu grupo social, étnico/racial [...]” (GADELHA, 2014 p.9 apud GONÇALVES, 2006, p. 50), reconhecendo assim que a educação ocupa um lugar importante nos processos de produção de conhecimento, contribuindo no desenvolvimento intelectual, social e político.

Neste contexto, surgem os debates entre os representantes de movimentos sociais e das comunidades de remanescentes quilombolas, educadores, pesquisadores e do governo federal, sobre o direito a uma educação com elementos para construção da igualdade e a equidade racial, como um instrumento de mobilidade social, promovendo uma interação dos sujeitos com a história e a cultura dos povos africanos que resultaram em políticas públicas e aprovações de documentos legais que regulamentam a educação escolar quilombola nos sistemas de ensino.

Assim, é necessário compreender as orientações que os documentos legais estabelecem para a consolidação desta educação. A Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional que inclui no currículo a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, e como dispõem em seu Art: 26 A, § 1º :

incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Sendo assim, a escola não pode mais reproduzir uma educação hegemônica que invisibiliza a história dos negros no Brasil, mas precisa elaborar estratégias que

(re) contem a história. E outro avanço nesse âmbito, foi aprovação da resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e que tem por objetivos, expostos nos Art 6º , inciso II e III:

II- orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades; III - assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico. ( BRASIL, 2012).

Percebemos assim, que a Educação Quilombola favorece no fortalecimento e no reconhecimento da identidade, da memória e da cultura negra. E que precisa ser contemplada pelas políticas educacionais e também por políticas públicas afirmativas que devem reconhecer as contribuições dos negros à sociedade brasileira. Conforme o Parecer CNE/CP 3/2004, contido na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira.(...) Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. (...) Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. (BRASIL, 2004, p.3-4)

Nesse aspecto, vale salientar que o reconhecimento tem como objetivo priorizar e potencializar os alunos/as remanescentes quilombolas valorizando as suas singularidades. Para tanto, se faz necessário mencionar, de acordo com o Artigo 11, da Educação, Seção II, Capítulo II do Estatuto da Igualdade Racial , que as instituições educacionais, em todos os níveis de ensino, devem contemplar os conteúdos referentes a história da população negra ministrados no âmbito de todo o currículo, resgatando as contribuições sociais, culturais, políticas e econômicas, e também que o governo garanta formação inicial e continuada a professores e a



produção e aquisição de material didático específico que contemplem a população negra no Brasil. (Brasil, 2010).

É importante destacar, que a luta pelo reconhecimento e pelo direito, é uma luta em conjunta dos movimentos negros, das instituições educacionais, do estado e da sociedade, pois necessitam se unir para colocar em prática a educação escolar quilombola.

### 3.1.1 Currículo da Educação Escolar Quilombola

O currículo é o eixo ideológico que determina a instituição escolar e rege o projeto político pedagógico e que, sobretudo, está ligada direta ou indiretamente a formação dos sujeitos. (JESUS, 2008). E segundo Souza (2015 apud SILVA 2011) o currículo pode ser compreendido por meio do saber, que pressupõe o conhecimento que será ensinado, e que o ensinar está associado aos sujeitos que pretendemos formar, pois envolve o que somos e o que nos tornamos, evidenciamos assim, a identidade e a singularidade de cada sujeito. E ainda aponta que no currículo a questões de relação de poder, na definição dos conhecimentos que serão desenvolvidos nas ações pedagógicas.

Neste contexto, faz-se necessário pensar e construir um currículo para educação escolar quilombola que contemple a diversidade social, histórica, cultural e política desses sujeitos. E segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no artigo 34, que diz respeito à construção do currículo, no inciso 1º e 2º discorre que:

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos. § 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola. (BRASIL, 2012, p.13)

Assim, entendemos que o currículo da educação escolar quilombola deve ser idealizado de forma democrática, considerando as práticas educacionais voltadas a diversidade, ao resgate histórico e cultural ligadas diretamente à vivência dos sujeitos e ao respeito as suas tradições. Como enfatizado no artigo 35, que define que todas as etapas e modalidades da educação básica deveram:

I - garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas; II - implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004; III - reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana; IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas; V - garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo; VI - considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político atuando de forma a: a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas. (BRASIL, 2012, p. 13-14)

E ainda, sendo “um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012). Assim, o currículo diálogo com os saberes produzidos fora e dentro dos contextos escolares, dando um novo significado às práticas pedagógicas.

Para tanto, é fundamental que a organização do currículo da educação escolar quilombola relacione práticas políticas-pedagógicas, como enfatiza o artigo 38, parágrafo I e II, que visam:

I - o conhecimento das especificidades das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas quanto à sua história e às suas formas de organização; II - a flexibilidade na organização curricular, no que se refere à articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada, a fim de garantir a indissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas. (BRASIL, 2012, p. 14)

Contudo, percebemos que esses elementos oficiais certificam que a educação escolar quilombola tem suas especificidades pedagógicas e por isso o currículo não pode ser enquadrada em uma educação convencional e excludente, baseado no modelo eurocêntrico, que silencia as singularidades dos remanescentes quilombolas.

E para que esse currículo seja elaborado sua construção deve partir dos documentos oficiais que foram desenvolvidos por intermédio das ideias e da luta dos

pensadores e defensores da educação escolar quilombola, que também desenvolveram mudanças significativas nas práticas educativas.

### 3.1.2 Práticas educativas na Educação Quilombola

A educação escolar quilombola procura por em prática um modelo educacional que leva em conta e legitima a história e cultura local, o modo de vida, e as reivindicações políticas, por meio das suas práticas educativas trazendo uma relação “entre o conhecimento ancestral de matriz africana, a formação da identidade quilombola e as relações de poder, estando vinculada ainda a uma noção de democratização e transformação da sociedade.” (SOUZA, 2015, p. 49).

Essa nova visão de construção de saber e práticas educativas envolvem a percepção da subjetividade de cada sujeito e a comunidade em que eles estão inseridos, bem como a participação efetiva dos quilombolas nessa construção. Constituindo assim, segundo Souza (2015, p. 49)

uma pedagogia que seja de fato diferenciada para as comunidades quilombolas na qual a cultura, a oralidade, a memória, as tradições, a estética, a ancestralidade africana estejam inseridas não apenas como conteúdo, mas na própria concepção da ação pedagógica e do currículo. Para a construção de uma pedagogia quilombola acreditamos na necessidade de participação dos/as quilombolas na construção curricular. (SOUZA, 2015, p. 49).

Neste contexto, para que uma “Pedagogia diferenciada” seja construída, precisamos refletir a elaboração das ações educativas enquanto educadores, considerando alguns elementos oficiais que nortearão as nossas práticas no âmbito escolar. Sendo assim, podemos destacar os parágrafos IV, V, VI, VII, VIII e IX, do artigo 38 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que enfatiza alguns elementos, são elas:

IV - a interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades; V - a adequação das metodologias didático-pedagógicas às características dos educandos, em atenção aos modos próprios de socialização dos conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história; VI - a elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógico próprios, com conteúdos culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas; VII - a inclusão das comemorações nacionais e locais no calendário escolar, consultadas as comunidades quilombolas no colegiado, em reuniões e assembleias escolares, bem como os

estudantes no grêmio estudantil e em sala de aula, a fim de, pedagogicamente, compreender e organizar o que é considerado mais marcante a ponto de ser rememorado e comemorado pela escola; VIII - a realização de discussão pedagógica com os estudantes sobre o sentido e o significado das comemorações da comunidade; IX - a realização de práticas pedagógicas voltadas para as crianças da Educação Infantil, pautadas no educar e no cuidar. (BRASIL, 2012, p. 14)

É importante destacar, que a pedagogia quilombola, é uma discussão recente, e que ainda está em construção e efetivação no âmbito escolar, mas cumpre um papel imprescindível na construção de um novo olhar para a inserção dos negros nos conteúdos e nas ações escolares, considerando o negro autor dos seus saberes e conhecimentos, e respeitando sua história e cultura. E contribuindo para a valorização e reconhecimento da identidade negra, e na superação da desigualdade etnicorracial.

Desta forma, entendemos que a instituição escolar deve dialogar com a comunidade quilombola para encurtar a distância entre elas e viabilizar uma nova proposta de ensino.

No próximo capítulo, será apresentada a comunidade quilombola de Paratibe e a escola campo desta pesquisa, que é situada no bairro de Paratibe, bem como as questões inerentes que foram traçadas no decorrer desta pesquisa.

## **4 APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE, DA ESCOLA E DESCRIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA**

No presente capítulo apresentaremos a comunidade de Paratibe, uma breve caracterização da Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado e descreveremos os dados coletados desta pesquisa na visão dos gestores e docentes.

É importante destacar, que a escolha da comunidade teve a ver com o fato de ser uma comunidade quilombola, portanto uma comunidade de uma população negra rural e por ter proximidade geográfica com o ambiente residencial da pesquisadora.

E no que se refere à escolha da escola especificamente teve a ver com o campo de estágio da pesquisadora, na qual foram realizados os estágios supervisionados II, III, IV e V, e que diante as múltiplas experiências vivenciadas nos estágios despertou-se o interesse em estudar sobre a Educação Quilombola.

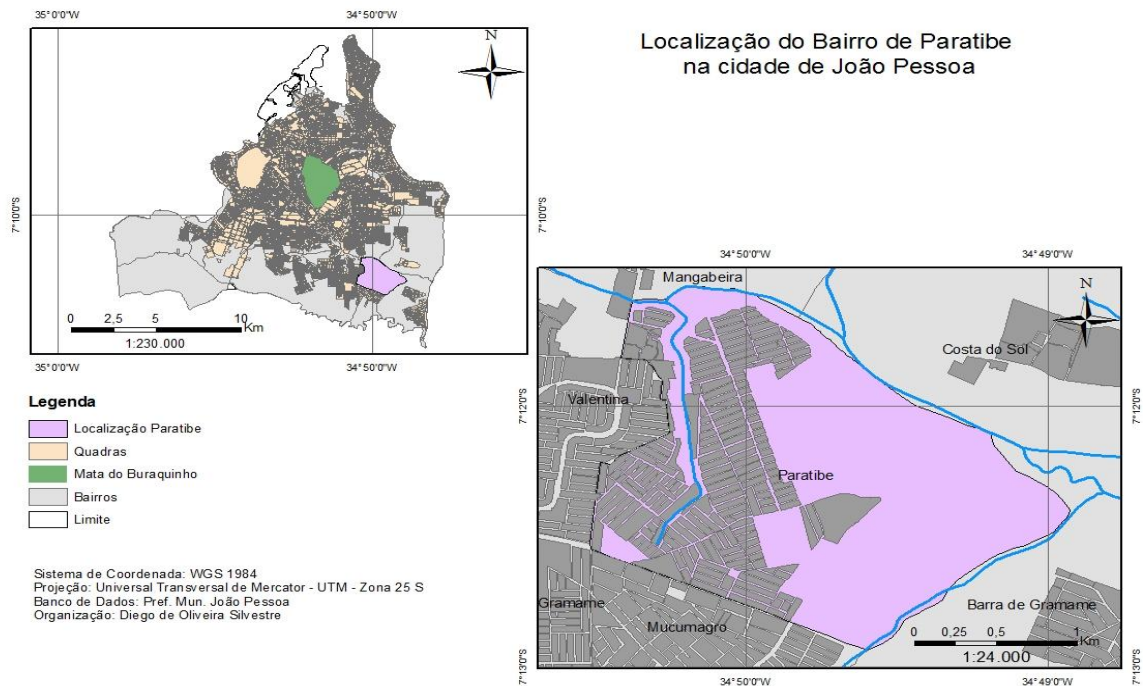
### **4.1 Caracterização da comunidade de Paratibe.**

Os quilombos entraram para a história do país durante o período da escravidão e são símbolos de persistência e resistência, com seus vilarejos construídos por escravos que fugiram dos engenhos. O tempo passou, e os quilombos deram origem às comunidades quilombolas, que estão espalhadas por todo o território nacional, nesses espaços os remanescentes quilombolas conservam as tradições, cultura e história do seu povo e lutam pelo direito de propriedades de terras.

Como já mencionado, na Paraíba existem aproximadamente 38 comunidades de remanescentes quilombolas, entretanto neste trabalho iremos fazer referência à comunidade quilombola de Paratibe, localizada no bairro de Paratibe, em João Pessoa.

Situada na mesorregião da Mata Paraibana, às margens da PB-008, que liga João Pessoa ao litoral sul do Estado, entre os rios Cuiá e do Padre, o bairro Muçumagro, Valentina e o conjunto Nova Mangabeira, é uma das três comunidades urbanas do estado, considerada uma das maiores da Paraíba. Podemos observar no mapa 2, a localização e extensão territorial do bairro de Paratibe.

## MAPA 2: LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DE PARATIBE



Fonte: SILVESTRE., Diego de Oliveira. 2013

Segundo Fortes (2015) em estudos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, esta comunidade possui mais de 200 anos, com registros históricos do século XIX identificando o quilombo de Paratibe e a ocupação territorial da comunidade. E no que se referem às terras do quilombo, elas “foram legalizadas por ocasião da Lei de Terras (1850) por muitos posseiros, a maioria analfabeta. Eles se autodenominavam “consenhores” e são vários os registros relativos à Paratibe.” (FORTES, 2015, p. 17).

Assim, podemos dizer que a posse de terras da comunidade quilombola se configura por meio de herança e de partilha, tendo em vista que possui cerca de 130 famílias que constituem os núcleos familiares que formam o povoamento da comunidade quilombola. Entretanto, muitos herdeiros não possuem registros legais das terras que habitam, dando espaços para especulações imobiliárias (DA SILVA e RODRIGUES, 2016).

Sendo assim, esse fato estabelece uma grande preocupação para as comunidades, pois a propriedade das terras, por meio da certidão de autodefinição “é um instrumento de reconhecimento e legitimação das comunidades quilombolas perante o Estado Brasileiro, como também uma ferramenta na luta pela realização

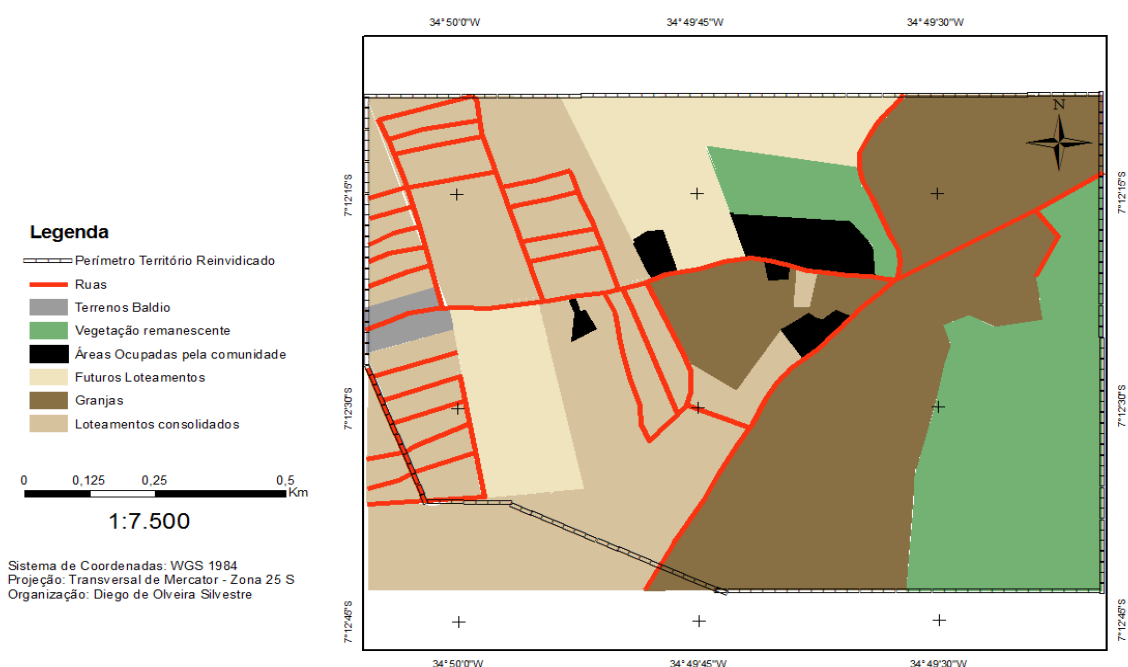
de políticas públicas e para a legalização dos territórios.” (ARAUJO & MATOS, 2016, p.2).

Já a comunidade quilombola de Paratibe, iniciou a luta pelo reconhecimento do território em 2005, e obteve a certificação, em 11 de julho de 2006 pela FCP. E de acordo com Da Silva e Rodrigues ( 2016 p. 9) o INCRA-PB, deu o primeiro passo no processo de regularização de posse de terras, com

o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade – RTID, elaborado pelo INCRA, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba nos dias 22 e 23 de dezembro de 2012 e, no Diário Oficial da União – Seção 3 nos dias 26 e 31 de dezembro de 2012 e Recomendação nº 25/2009, que adverte quanto aos processos desde a implantação a comercialização de loteamentos dentro do território da comunidade remanescente de Quilombo de Paratibe, sem autorização da comunidade mediante seus representantes à Sudema e ao Município de João Pessoa [...]. (DA SILVA e RODRIGUES, 2016, p. 9)

O RTID distinguia aspectos históricos e socioculturais, e a relação com o território reivindicado com área de aproximadamente 267 hectares pertencentes à comunidade quilombola. Embora, é importante destacar que o processo de reconhecimento do território não foi concluído, ou seja o território da comunidade quilombola ainda não é demarcado, o que existe é o perímetro do território pretendido. (DA SILVA e RODRIGUES, 2016) Como podemos observar no mapa 2.

MAPA 3 : USO DO SOLO REIVINDICADO PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PARATIBE - 2011



Autor: SILVESTRE., Diego de Oliveira. 2013

Percebemos, assim como a área ocupada pela comunidade quilombola é reduzida e como a expansão dos loteamentos cresceu, sendo assim a comunidade deixou de ser rural para se tornar uma comunidade urbana.

No que se refere às atividades econômicas da comunidade, as famílias exercem atividades de plantação, coleta de frutas e pesca, utilizando técnicas próprias. Os que decidem trabalhar fora, a maioria dos jovens exercem funções mal remuneradas e trabalham sem carteira assinada, as mulheres em casa de família e os homens de pedreiro. Já em relação à tradição, eles mantêm o Coco de Roda, a Lapinha e os banhos de rio

Em relação às moradias, há cerca de dez anos, a maioria das moradias da comunidade era feita de taipa, mas muitas foram reconstruídas em tijolos através de programas habitacionais da Prefeitura de João Pessoa. A comunidade também tem água encanada, luz elétrica e ônibus. No âmbito educacional, tem uma escola pública chamada Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, onde há mais de 30 anos dá assistência a essa comunidade, antes funcionava como grupo escolar que só tinha o ensino fundamental I (da pré- escola até a 4ª série). Tem também cobertura na área da saúde pelo Programa de Saúde na Família (psf) que fica um pouco distante da comunidade.

#### 4.2 Caracterização da Escola Municipal Professora Antonia do Socorro Silva Machado

Única escola municipal da comunidade, é considerada uma instituição de grande porte, possui um prédio próprio, com salas de aula amplas, sala de atendimento educacional especializado (AEE), banheiros, sendo 2 para deficientes, direção, secretária, sala de professores, laboratório de informática, biblioteca, sala de rádio escola, refeitório, cozinha, sala de especialista, almoxarifado, ginásio poli esportivo, área externa não coberta, estacionamento e jardim. Ainda possui dois anexos no turno da noite para atender Jovens e Adultos das comunidades vizinhas.



FIGURA 1: ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO, JOÃO PESSOA.



Fonte: Arquivo Pessoal. Ano:2017

Foi pensada, erguida e organizada por Antônia do Socorro, conhecida como D. Antônia, nascida em 03 de março de 1930, no município de João Pessoa - PB, filha de M<sup>a</sup> da Luz Silva e Olavo Pedro da Silva sempre foi moradora do Sítio Paratibe, de família latifundiária na região, “Toinha,” era uma quilombola nata, ajudou muita gente da comunidade em especial o processo educacional da comunidade após concluir alguns graus de instrução, foi professora, diretora e coordenadora da escola e sentiu a necessidade da expansão de educação entre os remanescentes quilombolas, pois a população da comunidade era analfabeta.

FIGURA 2: RETRATO DE DONA ANTÔNIA DO SOCORRO



Fonte: Arquivo Pessoal. Ano: 2017.

Em 1972, por esforço e interesse dela mesma, junto à prefeitura da cidade de João Pessoa, ao ceder um de seus terrenos para a edificação da atual e única escola da comunidade, fundou a Escola Municipal Peregrino de Carvalho. Em 1992 após o falecimento de D. Antônio a escola passa a se chamar, em homenagem póstuma, Escola Municipal Professora Antônio do Socorro Silva Machado, que perdura até hoje.

Dona Antônio é lembrada com carinho por docentes, funcionários e alunos da escola e também por toda a comunidade, é um exemplo de mulher guerreira, forte e de resistência que acreditou no seu povo e mudou a historia educacional desta comunidade, e um dos reflexos de sua importância para a escola, é a canção “Dona Antônio”, composição da professora M.S.M, que diz assim:

Ô Antônio, mulher de coragem  
 Mulher lutadora  
 Uma mulher guerreira  
 Foi uma vencedora  
 Ela se preocupou  
 Com a comunidade  
 Doou suas terras  
 Com muita bondade  
 Ela pensou  
 Na educação  
 Educando seu povo  
 A viver como irmão  
 Ô Antônio, mulher de coragem  
 Mulher lutadora  
 Uma mulher guerreira  
 Foi uma vencedora  
 E com felicidade  
 Que faço essa canção  
 Falando de Antônio  
 Com grande emoção  
 Uma mulher como essa  
 É só elogios  
 Fé, força e amor  
 Continuar desafios  
 Hoje agradecemos  
 A essa mulher  
 O bem que tem feito  
 Com amor e muita fé. (composição: M.S.M)

Referente às características organizacionais, o atual quadro de profissionais contém efetivos, prestadores de serviço e concursados, constituídos por diretora geral, vice-diretora, secretárias, inspetores, professores, cuidadoras que auxiliam as crianças com deficiência, cozinheiras, auxiliares de serviços gerais, bibliotecárias e

guardas, além da equipe de apoio técnico, as supervisoras, assistente social, orientadora pedagógica e psicóloga.

A referida instituição de ensino possui um Projeto Político Pedagógico, e segundo a diretora adjunta, o PPP é a carta magna que rege os aspectos de ensino e aprendizagem do currículo escolar, ele foi elaborado com a participação de toda a comunidade escolar em reuniões e sempre está em reformulações conforme necessidade pedagógica da escola.

Sendo assim, percebemos que o PPP da escola é um documento que está em constante processo de reflexão e discussão, garantindo as crianças praticas pedagógicas de maneira que o educar e o cuidar está indissociável. É importante destacar que os/as alunos/as e responsáveis legais também fazem parte desta construção, em reuniões promovidas pela escola.

Em sua base teórica e metodológica, fundamenta-se em Paulo Freire (2001), na perspectiva do fazer/pensar pedagógico na práxis e por documentos legais, como a lei 10.639/2003 e na resolução CNE/CP 01/2004, que visam uma educação que contemple em seu currículo a historia e cultura afro-brasileira, valorizando assim a historia e cultura da comunidade de remanescentes quilombolas na região e também busca enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação.

#### 4.3 Olhares educativos sobre a educação quilombola: a visão de gestores e docentes

A equipe de gestão da escola possui um total de 10 (dez) gestores, sendo, uma gestora geral e um adjunto por turno e mais um quadro diversificado de especialista que integram esta equipe. Em nosso diálogo institucional, optamos por realizar pesquisa direta, através de questionários, com dois deles.

Sobre o perfil destes gestores podemos demonstrar no quadro 1:

QUADRO 1– PERFIL DO GESTOR		
Gestores	Gestor A	Gestor B
Gênero	Masculino	Feminino
Procedência	Urbana	Urbana
Raça/Etnia	Negra	Negra

Faixa-etária	Entre 31 e 40	Entre 41 e 55
Formação	Superior completo (Licenciatura em História), com especialização.	Superior completo (Licenciatura em Pedagogia), com especialização.
Experiência na docência	18 anos	32 anos
Experiência na gestão	Entre 1 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos

Fonte: Dados coletados em setembro e outubro de 2017.

A demonstração dos dados aponta uma divisão proporcional quanto ao gênero, com predominância de procedência urbana e com autodeclaração etnicorracial negra dos dois gestores. Esse é um destaque relevante nessa investigação. Além disso, destacamos a formação dentro dos parâmetros que rege a legislação educacional. Sendo que um deles (Gestor B) possui pós-graduação em Gestão Escolar e ambos registram uma larga experiência na docência e mediana na gestão.

Na primeira questão temática “Em sua formação você estudou sobre conteúdos de Educação etnicorracial?” observamos que os gestores já possuem conhecimento específico sobre a educação etnicorracial. E que conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, cabe à gestão “considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola no qual está inserida.” (BRASIL, 2013, p. 458).

E, complementando, essa competência focalizada na educação quilombola, vejamos o cruzamento desses olhares, conforme o quadro 2:

QUADRO 2 – ENTENDIMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	
Gestor A	Educação quilombola é aquela que promove um deslocamento no currículo eurocêntrico, sobretudo, abordando questões afro-brasileiras, tema propício da nossa formação identitária.
Gestor B	É a educação onde os conteúdos abrangem todas as religiões, raças e costumes, dando direito de igualdade a todos.

Fonte: Idem.

Percebemos que, o gestor A entende que a Educação Quilombola fomenta um currículo que favorece a formação da identidade quilombola, por meio das

questões afro-brasileiras. Já o gestor B, entende que é uma educação em que os conteúdos envolvem toda a cultura negra e promove uma igualdade de direitos entre os sujeitos. Portanto, as falas corroboram que o conteúdo curricular possua uma relação de identidade cultural com os conteúdos etnicorraciais.

A instituição escolar é considerada uma escola quilombola, pelos gestores, vejamos no quadro 3:

QUADRO 3 – JUSTIFICATIVA DOS GESTORES QUANTO A INSTITUIÇÃO ESCOLAR SER CONSIDERADA ESCOLA QUILOMBOLA	
Gestor A	Primeiro pela sua localização geográfica. A escola fica dentro do território quilombola. Em segundo lugar, os professores, a partir do curso de formação etnicorracial em parceria com professor Waldecy Ferreira Chagas, vem promovendo trabalhos temáticos nessa área.
Gestor B	Porque nossa escola trabalha com alunos que moram no quilombo e também é a única escola que fica dentro do quilombo.

Fonte: Idem.

Vemos semelhanças nas falas dos gestores, quanto à localização da escola, e como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no art. 9, em seu Parágrafo Único, “Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola.”. E ainda como compreendido pelo gestor B, o público estudantil que a escola atende também a caracteriza como escola quilombola, como afirma o parágrafo II “escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas” (BRASIL, 2012, p.7).

Já o gestor A, dar ênfase ao curso de formação continuada que os professores da instituição estão participando. Essa formação é uma conquista da gestão escolar junto aos órgãos competentes, que ao reconhecerem a instituição, como escola quilombola percebeu-se a necessidade de ter um conhecimento voltado a educação afro-brasileira e indígena, e com parcerias de professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB formaram o curso, intitulada “Curso de formação continuada: Saberes e fazeres afro-brasileiro e indígenas na sala de aula”. E é um dos princípios constitucionais da gestão democrática para a Educação Escolar Quilombola, previsto no art. 39, § 3º, que “os sistemas de ensino, em regime

de colaboração, estabelecerão convênios e parcerias com instituições de Educação Superior para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores em atuação na Educação Escolar Quilombola” (BRASIL, 2012, p.6).

Os gestores afirmam que a escola conta com projetos de valorização da identidade negra e quilombola, o gestor A ressalta, que o calendário escolar é dividido em quatro eixos temáticos, trabalhados por bimestres, nos quais valorizam e visibilizam as questões afro-brasileiras, e como complemento o gestor B, evidencia que o projeto principal que rege a escola é o projeto quilombola, e que todos os professores fazem suas atividades baseados nesse projeto.

Quando questionados se “O Projeto Político Pedagógico contempla aspectos sobre a educação quilombola?”, ambos declaram que o PPP da instituição contempla essas questões, vejamos no quadro 4:

QUADRO 4 – ASPECTOS SOBRE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO PPP DA ESCOLA	
Gestor A	O projeto político pedagógico foi construído entre escola, comunidade, professores e alunos. O projeto envolve toda escola principalmente no que contempla conteúdos de ensino afro-brasileiro.
Gestor B	Território, história e memória, identidade, sujeito e circularidade, sustentabilidade, corpo e sociabilidade, caminho a cultura e a afirmação da negritude.

Fonte: Idem.

É importante mencionar, que PPP é uma ferramenta documental que deve ser construída coletivamente, com a participação da comunidade escolar e que engloba as teorias e metodologias que orientam as práticas educativas desenvolvidas nas instituições educacionais. Portanto é um documento que “reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos.” (DIAS, 2013, p. 24 apud LIBANEO, 2008, p. 357).

Sendo assim, a partir da fala do gestor A, percebemos que o PPP da instituição, foi construído com a participação de toda a comunidade escolar e que

considera as questões sócio-históricas e culturais da Educação Quilombola, também presente na fala do gestor B, ao citar as temáticas que são implementadas em todo o trabalho educativo desenvolvidos na escola. Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, menciona em seu art. 8, Parágrafo VIII, que o PPP deve considerar “as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas”. (BRASIL, 2012, p.6).

Ao questionarmos se “Os conteúdos dos livros didáticos ajudam no combate ao racismo?”, um gestor posicionou que “sim” e outro que “não”. Percebemos, então nessa discrepância de respostas, que a compreensão do livro didático carece de um estudo mais profundo no futuro a ser investigado.

E, em relação à Semana da consciência Negra, os gestores comentam como a escola organiza as suas atividades, vejamos no quadro 5:

QUADRO 5 – VISÃO DOS GESTORES SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	
Gestor A	A escola realiza um momento em que todas as turmas expõem suas atividades trabalhadas sobre a temática afro-brasileira na sala. As crianças expõem atividades e assistem aos colegas nos temas afro-brasileiro.
Gestor B	Através de reuniões com professores e especialistas para juntos ou juntas organizarmos apresentações

Fonte: Idem.

Constatamos que os gestores em conjunto com as professoras articulam apresentações relacionadas às temáticas trabalhadas em sala de aula como culminância, na qual os alunos prestigiem os trabalhos uns aos outros.

O corpo docente da escola é bastante amplo, só no turno da manhã possui um total de 14 (quatorze) docentes qualificadas para trabalharem com o ensino infantil (Pré-escolar) e o ensino fundamental, nos anos iniciais (1ª ao 5ª ano), fora os outros professores qualificados para o ensino fundamental, anos finais (6ª ao 9ª ano) que também trabalham no turno da manhã ministrando aulas de conhecimento

específico. Deste total, escolhemos duas professoras para a nossa pesquisa, também por meio de questionário.

A respeito do perfil destas docentes podemos demonstrar no quadro 6:

QUADRO 6 – PERFIL DAS DOCENTES		
Docentes	Professora A	Professora B
Gênero	Feminino	Feminino
Procedência	Urbana	Urbana
Raça/Etnia	Negra	Negra
Faixa-etária	Entre 31 e 40	Entre 41 e 55
Formação	Superior completo (Licenciatura em Pedagogia)	Superior completo (Licenciatura em Língua Portuguesa), com especialização.
Experiência na docência	15 anos	17 anos

Fonte: Idem.

Evidenciamos nos dados que temos uma proporção total quanto ao gênero, com predominância de procedência urbana e com autodeclaração etnicorracial negra das docentes. Mas um destaque importante nessa investigação. Também, destacamos a formação dentro dos parâmetros que rege a legislação educacional. Sendo que uma delas (Professora B) possui pós-graduação em Linguística aplicada ao fundamental II, e ambas registram uma experiência vasta na docência.

Na primeira questão referente à pesquisa “Em sua formação (inicial e/ou continuada) você estudou sobre os conteúdos de Educação etnicorracial?”, percebemos que as professoras possuem conhecimento essencial sobre a educação etnicorracial, e como já mencionado anteriormente, por meio da formação continuada que a instituição escolar oferece, e também prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no art. 8, parágrafo V, a “garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola”. (BRASIL, 2012, p.6).

E, acrescentando, sobre a compreensão da Educação Quilombola, na visão das professoras. A Professora A entende “Como uma educação voltada para a prática de atividades que envolvam temas relacionados ao mesmo” e a Professora B, compreende que “É uma educação voltada a “valorização do negro”, que há muito tempo fora negada. É importante falar também que as outras etnias têm seus



valores.” Sendo assim, percebemos que a Professora A, focaliza nas praticas educativas que envolva as questões da Educação Quilombola e a Professora B, em uma educação que valorize a diversidade etnicorracial.

Ao serem questionadas, se “Já presenciou algum tipo de reprodução do racismo no ambiente escolar?”, as professoras revelam que “sim”. A Professora A relata que essa reprodução de racismo decorre “De professoras que trabalham em um ambiente quilombola, mas que não querem mais falar sobre o assunto.”.E a professora B que é “Com relação ao tipo de cabelos e a cor da pele, humilhando e inferiorizando o educando (a).” Constatamos, que são relatos inquietantes nessa investigação, tendo em vista, todo o exposto da pesquisa e considerando que um dos princípios da educação quilombola é “a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Assim, são questões que dão margens a estudos futuros.

As professoras declaram que em suas práticas de ensino e aprendizagem existem direcionamento para o ensino da educação etnicorracial, vejamos essas abordagens no quadro 7:

QUADRO 7 – JUSTIFICATIVA DAS DOCENTES QUANTO SUA PRÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM DIRECIONADA A EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL	
Professora A	Trabalho a afirmação da identidade, a valorização da história e do sujeito como pessoa, como cidadão e cidadã dentro da sociedade.
Professora B	A prática é direcionada ao combate ao racismo, reconhecimento da identidade dos educandos.

Fonte: Idem.

Podemos perceber uma semelhança nas falas das professoras, quanto o trabalho desenvolvido para afirmação da identidade etnicorracial dos alunos. E é inegável o quanto essa questão é inerente nos sujeitos, o quão é importante desenvolver o trabalho sobre a educação etnicorracial na perspectiva de fortalecimento da identidade. Além do mais que é uma questão especifica dos documentos legais que contempla também a “valorização da história”, como

menção a Professora A e também práticas de “combate ao racismo” como, relata a professora B.

Ao questionarmos, “Você já notou algum conteúdo ou figura contidas nos livros didáticos de cunho racista ou que sugira preconceito racial?”, uma professora respondeu que “não” e outra que “sim”. Percebemos, então nessa divergência de opiniões, que o entendimento do livro didático precisa de uma investigação mais intensa no futuro.

Quando questionadas “Qual foi o seu papel, na construção do Projeto Político Pedagógico da escola”? A Professora A fala que: “O projeto foi construído com os seguintes: professores, gestão, equipe técnica. Onde todos contribuíram para termos um projeto realmente voltado para uma educação quilombola.” Compreendemos, a partir da fala da professora que a participação, tanto sua quanto da comunidade escolar foi primordial na construção do PPP. Já a Professora B, revela que o seu papel foi em “Construir metodologias que leve ao educando a se reconhecer e autoafirmar-se como negro através de poesias, músicas, paródias onde ele seja o protagonista e se sinta importante.”. Entendemos, por meio desta fala que desenvolver uma metodologia adequada e ações educativas diversificadas que envolvam os alunos, além de contribuir na formação dos educandos, também possibilita uma visão positiva da realidade que os envolve.

As professoras afirmam que o PPP contempla os aspectos sobre a educação quilombola e explicam, no quadro 8, como:

QUADRO 8 – VISÃO DAS DOCENTES SOBRE OS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO PPP DA ESCOLA	
Professora A	Na arte, na música, na dança. A auto-afirmação da identidade, na história e nas crenças.
Professora B	Ele perpassa por uma nova prática onde nós professores devemos ensinar aos nossos alunos “o saber e o fazer quilombola” que é um novo conceito para as suas vidas e assim combatermos fortemente o preconceito.

Fonte: Idem.

Vemos, que a Professora A, percebe os aspectos da educação quilombola de forma interligada as estratégias educativas evidenciadas no PPP. Já a Professora B,

compreende que o PPP passa por uma (re) construção curricular, no qual os educadores tem um papel fundamental e inclusive desafiador, considerando o modo de vida contemporânea dos educandos, que é ensinar “o saber e o fazer quilombola”, dois conhecimentos indissociáveis, no dialogo e na construção do conhecimento na perspectiva da Educação Quilombola.

E, em relação a Semana da Consciência Negra, as professoras relataram como participam das atividades, vejamos no quadro IX:

QUADRO 9 – JUSTIFICATIVA DAS DOCENTES SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	
Professora A	Eu desenvolvo atividades em sala partindo de alguns textos, musicas, transformando-os em “peças” (dramatizações), músicas, exposições de cartazes.
Professora B	Eu juntamente com alguns colegas trabalhei músicas ligadas ao negro que foram produzidas por eles e por mim, e aí organizamos um coral.

Fonte: Idem.

Percebemos que as falas das professoras são semelhantes, quanto às estratégias educativas desenvolvidas em sala de aula, ambas utilizam textos e músicas, uma forma lúdica de aproximar os alunos dos conhecimentos sociais, históricos e culturais afro-brasileiro, e envolve-los em uma produção que eles se sintam protagonistas.

Neste contexto, é importante destacar, que os textos e músicas, são pensados e produzidos pelas professoras participantes dessa pesquisa e outras, e também pelas professoras e os alunos em conjunto, especificamente para trabalhar com as questões da educação etnicorracial na escola.

Essa estratégia educativa vem sendo tão bem trabalhada e acolhida pelas professoras, pelos educandos e pela gestão escolar que se viu a oportunidade de construir uma coletânea de livros ilustrados (ANEXO 1) pelos alunos e também de formar um coral, com os alunos cantando e tocando instrumentos e ritmos da história-sonora dos quilombolas. Como podemos ver na Figura 3:

FIGURA 3: ENSAIO DO CORAL NO PATIO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2017

Assim, dou destaque a três canções que estão inseridas no repertório do coral e que me chamam bastante atenção, a canção “Dona Antônia”, que já foi mencionada nesta pesquisa, a canção “De origem quilombola” (ANEXO 2), ambas composta pela professora B, M.S.M, sendo que a segunda foi uma composição em conjunto com seus alunos do 4ª ano B, no ano de 2013. E a “Embolada (África/Paratibe)” (ANEXO 3) de composição da Professora A, S.A.S.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados desta pesquisa, concluímos que a escola tem-se mostrado uma instituição educacional que dialoga com as necessidades e especificidades da comunidade quilombola onde está inserida. Por ser um espaço de interação sociocultural que considera a história, a vivência e os saberes afro-brasileiros.

Consolidando, assim uma educação que busca sistematizar em seu Projeto Político Pedagógico as questões elencadas na legislação nacional para a Educação Quilombola. E que são refletidas nas práticas educativas realizadas e vivenciadas no âmbito educacional e que estão contribuindo para a formação de sujeitos que valorizem a história, a cultura e a identidade quilombola.

Entretanto, essa pesquisa abre novas questões a serem investigadas, a exemplo de problematizar interações entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais que discutem a implementação das diretrizes curriculares na educação formal e não-formal. Vale salientar que no contexto atual, no qual se avançou muito nas políticas públicas, no intersídio de 2003-2015, e, atualmente, se encontram ameaçadas, uma vez que toda a legislação antirracista pode sofrer restrições curriculares de ordem impositiva ferindo frontalmente as conquistas nesse campo de ensino.

Sendo assim, temos agora dois desafios, o de manter as políticas públicas já conquistadas e de fazer com que continuem acontecendo à implementação no chão da escola. E, nesse sentido, é preciso pensar uma educação a luz dos Planos Nacionais de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e para os Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

ANDRE, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. Salvador, 2013.

ARAÚJO, Eulália Bezerra; MATOS, Teresa Cristina Furtado. **Lideranças Quilombolas da Paraíba: Sujeitos em ação no desafio de concretizar Políticas Públicas** . 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Cadernos 2, **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** Brasília: MEC/SECAD, 2007.

BRASIL, **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em 8/10/2017.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 8/10/2017

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica- Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em 22/10/2017

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** - Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em 21/10/2017

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013 2013

BRASIL, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 21/10/2017.

BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em 21/10/2017

BRASIL, **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)>. Acesso em 22/10/2017

BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso em 20/10/2017

BRASIL, **Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato20112014/2011/lei/L12519.htm>>. Acesso em: 20/10/2017

BRASIL, Ministério da Educação. **Procampo – Apresentação**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/tv-mec/apresentacao>>. Acesso em 11/10/2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Escola Ativa – Apresentação**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/167-programas-e-acoes-1921564125/escola-ativa-145979056/259-escola-ativa-apresentacao>>. Acesso em 11/10/2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projovem Campo- Saberes da Terra**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/tv-mec/apresentacao>>. Acesso em 11/10/2017.

BRUCHEZ, Adriane. et al. **Análise da Utilização do Estudo de Caso Qualitativo e Triangulação na Brazilian Business Review**. XV Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. UCS: Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/viewFile/4125/1279>>. Acesso em 10/11/2017.

DA SILVA, Jadiele Cristina Berto; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Comunidades Quilombolas de Paratibe e Gurugi: Territórios de Resistência, Memória de Luta**. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2016.

DALTRO, Renato Ribeiro. **Movimentos Sociais E Educação No Campo**. v. 27, n. 2, p. 33-42, Santa Maria: Vidya , 2007.

DIAS, Cristiane Ida T. Rodrigues. **A construção do projeto político- pedagógico na escola de educação básica**. Monografia de especialização. Rio Grande do Sul: UFSM, 2013.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>>. Acesso em 10/10/2017

FORTES, Maria Ester Pereira. **Comunidades quilombolas na Paraíba**. Cadernos Imbondeiro. v. 4, n.1. João Pessoa: INCRA, 2015.



FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Rumos da Educação do Campo**. v. 24, n. 85, p. 35-49, Brasília: Em Aberto, 2011.

GADELHA, Alesson de Oliveira. **A educação para relações étnico raciais no ensino médio no maciço de Baturité – Ceará (2013)**. UNILAB. Redenção – CE 2014. Disponível em <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/141/1/Alesson%20de%20Oliveira%20Gadelha.pdf>>. Acesso em 15/10/2017

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. In. Educere. Curitiba: PCUPR, 2008.

MARTINS, Cristian Farias. **As fronteiras da liberdade: O campo negro como entre-lugar da identidade quilombola**. Brasília: 2006.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia Meire S. A. de (orgs). **Contribuições para construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MORAES, Veronilce Alves de; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos Sociais e a Educação do Campo: Um projeto de educação para o desenvolvimento sustentável do campo**. Seminário Luso-Brasileiro Caboverdiano /III Encontro Paraibano de Geografia/III Semageo.João Pessoa-PB, 2016. Disponível em <<http://educacaodocampopb.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Movimentos-Sociais-E-Educa%C3%A7%C3%A3o-Do-Campo-Um-Projeto-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em 8/10/2017.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006

QUILOMBO DA PARAÍBA. **Mapas**. Disponível em: <<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/p/mapas.html>>. Acesso em 20/10/2017

REZENDE-SILVA, Simone. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Revista Nera – Ano 14, Nº. 19 – Julho/Dezembro De 2011 – Issn: 1806-6755


SILVA, Suely. **O Movimento de Educação do/no Campo Pressupostos Fundamentais**. Educação em revista, Marília, v.12, n.2, p.7-22, Jul- Dez. 2011.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. 112f. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** | Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi- 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em <<http://www.fkb.br/biblioteca/livrosadm/Estudo%20de%20Caso%20Planejamento%20e%20M%20-%20Robert%20K.%20Yin.pdf>>. Acesso em 10/11/2017.

## APÊNDICES

### APENDICE 1: QUESTIONÁRIO DOS GESTORES

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I</p> <p>CURSO DE PEDAGOGIA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO</p>
---	---

## QUESTIONÁRIO

Caro **gestor/a**, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

### 1ª PARTE – PERFIL DO GESTOR

#### GÊNERO

Sexo ☐ Masculino ☐ Feminino

#### PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA

Origem ☐ Urbana ☐ Rural/Camponesa

#### RAÇA/ETNIA

☐ Branca ☐ Negra ☐ Parda ☐ Amarela (asiática) ☐ Indígena

#### FAIXA ETÁRIA

☐ Menos de 20 anos ☐ Entre 31 e 40 anos

☐ Entre 20 e 30 anos ☐ Entre 41 e 55 anos

☐ Mais de 55 anos

#### QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

☐ Médio incompleto ☐ Superior completo com especialização.

☐ Médio completo ☐ Superior completo com mestrado.

☐ Superior em andamento ☐ Superior completo com doutorado.

( ) Superior completo ( ) Outro

**SE ESTÁ CURSANDO OU JÁ CONCLUIU UM CURSO SUPERIOR. RESPONDA:**

**QUAL(IS) CURSO(S) TERMINOU OU ESTÁ TERMINANDO**\_\_\_\_\_

**JÁ ATUOU NA DOCÊNCIA**

( ) SIM ( ) NÃO

Se sim, quanto tempo/experiência em anos de atividade docente você possui:

\_\_\_\_\_

**HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA COMO GESTOR/A?**

( ) Menos de um ano ( ) Entre seis anos e dez anos

( ) Entre um ano e cinco anos ( ) Mais de dez anos

**2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:**

**1. Em sua formação você estudou sobre os conteúdos de Educação etnicorracial?**

( ) Sim ( ) Não

**2. Se sim, o que você entende por educação Quilombola?**

---

---

---

---

**3. A instituição escolar é considerada uma escola quilombola? Por quê?**

---

---

---

---

**4. A escola conta com projetos de valorização da identidade negra e quilombola?**

( ) SIM ( ) NÃO

**5. Se sim, quais?**

---

---

---

---

6. O Projeto Político Pedagógico contempla aspectos sobre a educação quilombola? Quais?

---

---

---

---

---

7. Os conteúdos dos livros didáticos ajudam no combate ao racismo?

(   ) SIM                      (   ) NÃO

8. Em relação à Semana da Consciência Negra, de que forma a escola organiza as atividades:

---

---

---

---

---

### Termo de Consentimento Informado

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, concordo em participar da pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: um olhar sobre as práticas educativas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, JULIANA FERREIRA DA SILVA. Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

---

Assinatura do (a) participante

## APENDICE 2: QUESTIONARIO DOS DOCENTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA  
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

### QUESTIONÁRIO

Caro **professor/a**, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

#### 1ª PARTE – PERFIL DO DOCENTE

##### GÊNERO

Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino

##### PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA

Origem ( ) Urbana ( ) Rural/Camponesa

##### RAÇA/ETNIA

( ) Branca ( ) Negra ( ) Parda ( ) Amarela (asiática) ( ) Indígena

##### FAIXA ETÁRIA

( ) Menos de 20 anos ( ) Entre 31 e 40 anos

( ) Entre 20 e 30 anos ( ) Entre 41 e 55 anos

( ) Mais de 55 anos

##### QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

( ) Médio incompleto ( ) Superior completo com especialização.

( ) Médio completo ( ) Superior completo com mestrado.

( ) Superior em andamento ( ) Superior completo com doutorado.

( ) Superior completo ( ) Outro

**SE ESTÁ CURSANDO OU JÁ CONCLUIU UM CURSO SUPERIOR. RESPONDA:**

**QUAL(IS) CURSO(S) TERMINOU OU ESTÁ**

**TERMINANDO:** \_\_\_\_\_

**QUANTO TEMPO/EXPERIÊNCIA EM ANOS DE ATIVIDADE DOCENTE VOCÊ POSSUI:** \_\_\_\_\_

**2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:**

- 1. Em sua formação (inicial e/ou continuada) você estudou sobre os conteúdos de Educação etnicorracial?**

( ) Sim ( ) Não

- 2. Se sim, o que você entende por educação Quilombola?**

---



---



---

- 3. Já presenciou algum tipo de reprodução do racismo no ambiente escolar?**

( ) sim ( ) não

- 4. Se, sim, poderia relatar:**

---



---



---

- 5. Em sua prática de ensino e aprendizagem existe alguma direcionada para o ensino da educação etnicorracial?**

( ) sim ( ) não

- 6. Se, sim, Quais?**

---



---



---

- 7. Você já notou algum conteúdo ou figuras contidas nos livros didáticos de cunho racista ou que sugira preconceito racial?**

( ) SIM ( ) NÃO

8. Qual foi o seu papel, na construção do Projeto Político Pedagógico da escola?

---

---

---

---

9. O Projeto Político Pedagógica contempla aspectos sobre a educação quilombola? Quais?

---

---

---

---

---

10. Em relação à Semana da Consciência Negra, de que forma você participa das atividades:

---

---

---

---

---

#### Termo de Consentimento Informado

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, concordo em participar da pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: um olhar sobre as práticas educativas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, JULIANA FERREIRA DA SILVA. Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante



## ANEXOS

ANEXO 1 : CANÇÃO “DE ORIGEM QUILOMBOLA” ILUSTRADAS PELOS ALUNOS DA PROFESSORA S.A.S PARA A CONSTRUÇÃO DA COLETÂNEA.





Com Zumbi dos Palmares como  
 grande inspiração. A força da  
 A força da raça é um qui-  
 lombo formou.



E hoje eu conto que a luta é  
 grande  
 Jogar copelina, Zumbi  
 nós falou





ANEXO 2: CANÇÃO “ DE ORIGEM QUILOMBOLA”, COMPOSIÇÃO DA PROFESSORA M.S.M EM CONJUNTO COM OS ALUNOS DO 4ª ANO B, DO ANO DE 2013.

Do quilombo eu vim, do quilombo eu sou  
Minha história eu conto, sou negro nagô

Sou negro de Angola, sou negro nagô  
A capoeira eu danço e toco com amor

Minha história de vida, é de luta e de garra  
Defendendo os negros, do preconceito de cor.

Buscando a igualdade de todas as raças  
Respeitando os negros com fervor

Com Zumbi dos Palmares, o negro encontrou  
A força da raça, e um quilombo formou

E hoje eu canto que a luta é grande  
Jogar capoeira, Zumbi nos falou

Reviver nossa história e defendê-la com amor.

### ANEXO 3: CANÇÃO “EMBOLODA (ÁFRICA/PARATIBE)” DE COMPOSIÇÃO DA PROFESSORA S.A.S.

Refrão : Eu vou cantar, eu vou cantar  
E eu agora vou contar (2x)

Do território africano  
Fui trazido sem vontade  
Arrastado feito bicho  
Acorrentado por maldade

Afastado de minha terra  
Eu perdi o meu valor  
Eu vivi dias e noites  
De tristeza e muita dor

Refrão

Aqui quando eu cheguei  
Me acorrentaram como nós  
Pois pensavam que com isto  
Iam calar a minha voz

Mas, com ela eu cantei  
Contei histórias e muito mais  
Busquei sempre na memória  
O que o outro não me traz

Refrão

Fugindo pelo mato  
Eu busquei novo lugar  
Dei o nome de quilombo  
Tive direito de sonhar

Hoje em outro território  
Vim com meus irmãos morar  
O seu nome é Paratibe  
E sua história vou contar

Refrão

Na cidade de João Pessoa  
Paratibe é situada  
Terra que um dia foi  
Um refúgio abençoado

Há 130 anos  
Paratibe se formou  
Acolheu negro guerreiro  
Escravo se refugiou

Refrão

Paratibe hoje em dia  
Está todo transformado  
E toda sua mata  
Já foi muito derrubado

E hoje o que lá vemos?  
Prédio, estrada e condomínio  
Fico muito arrasado  
Mas, confio no divino

Refrão

No quilombo Paratibe  
São mais de 100 famílias  
Descendentes africanos  
Com história de uma vida

Dos açoites, dos chicotes  
Nos nossos antepassados  
Lágrima, sangue e suor  
Já foi muito derramado

Refrão

E que todo esse poema  
Fique vivo na memória  
Pois, eu trouxe para o negro  
Um pouco de sua história

Chegará o grande dia  
Em que o negro vai dizer  
Eu sou negro do Quilombo  
Tenho orgulho do meu ser!

Refrão (4 x )



## ANEXO 4: LIVROS DIDÁDICOS USADOS PELA EQUIPE DE DOCENTES

